

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

As lições dos fatos

FLORESTAN FERNANDES

Os últimos acontecimentos desmascaram a realidade política. Havia um pré-requisito histórico para a vigência normal da Constituição em acabamento (fosse ela melhor ou pior do que será): a dissolução da "nova" República. A continuidade da transição é incompatível com qualquer normalidade constitucional. A Constituição não engolirá a "transição lenta, gradual e segura". Esta, pelo que aprendemos diariamente, de forma reiterada, tragará a Constituição ou a colocará de escanteio, como letra morta. A ditadura sobreviveu à "conciliação conservadora", pois esta foi arquitetada com tal objetivo. O cronograma político-militar, traçado na ocasião, vem sendo cumprido à risca, com altos e baixos que provêm dos imprevistos e das oscilações conjunturais. Cada parceiro guardou a liberdade de proteger certos interesses pessoais, corporativos ou de solidariedade política de classe. Mas, no essencial, souberam se articular para manter e reforçar a dita "transição lenta, gradual e segura". Por isso, o Estado de transição não ganhou, apenas, alguns respiros. Ele consolidou-se e, agora, está em condições de enfrentar tanto a ANC, quanto o poder Legislativo, subsequentemente, e a resistência e o repúdio populares.

Os dois discursos, que tomaram conta dos meios de comunicação de massa e dos círculos positivos, em vez de esgotarem o drama que está sendo vivido pelas correntes informistas e democráticas da sociedade civil, desvendam a crueza da situação. O senhor presidente emitiu sinais de que se acomodava à derrota que sofrera na ANC. Entretanto, logo instrumentalizou medidas que contradizem o que afirmava. Os chefes militares voltam à carga e utilizam o espaço institucional preservado para a prática do arbítrio. Renovar equipamentos e até comprar aviões de combate até seria o de menos, embora chocante em vista da penúria do país. Ressuscitar a capacidade de usar o arsenal "legal" da ditadura, para reprimir "turbulências" que poderiam desabar sobre Brasília, constitui um acinte e demonstra o antagonismo irreconciliável existente entre o Estado de transição permanente (um Estado de segurança nacional, dissimulado sob o manto da "nova" República) e a instauração de um verdadeiro regime político democrático. De outro lado, os vários acólitos e o próprio senhor presidente prosseguem imperturbáveis, em marcha batida, na repetição de arbitrariedade, inscrevendo as ZPEs na ordem do dia (o que o contrapõe ao Parlamento, através de um decreto-lei de teor monstruoso e altamente provocativo), retomando a iniciativa de ativar suas bases partidárias e seus representantes parlamentares



em pugnas internas do PMDB e, por trás da aparência de brandura e concórdia, reorganizando sua intervenção inadmissível no funcionamento da ANC.

Levando-se em conta o que é o senhor presidente no Estado de transição permanente e na "nova" República, fica claro que os verdadeiros núcleos de poder sorriem, "acatam as decisões da Constituinte", mas aferram-se a seus propósitos de revigorar a "transição lenta, gradual e segura". Esta só não se sobrepõe Estado autocrático porque é sua condição de existência e de reprodução política ampliada. Contudo, apresenta-se como a principal razão de Estado daqueles núcleos e a fonte de sua necessidade imperiosa de concentrar em suas mãos o poder absoluto. Que se dane a Constituição e que se fomenta a democracia! Os que não se curvam a esses desígnios, sibilamente evidentes mas não explicitamente enunciados, são "inimigos da ordem" e "perturbadores da paz social" —devem ser e são tratados como "adversários renitentes", a serem postos fora do caminho. Ou isso ou a "transição lenta, gradual e segura" desmorona, com seu Estado biombo!

Não seria possível imaginar algo mais grotesco, mais antidemocrático, mais contraconstitucional que essa rota de cartas marcadas, com riscos calculados segundo um cronograma político-militar. O politicismo convencional, que transparece no duelo verbal de Sarney-Ulysses, é incompetente para defrontar-se com essa realidade. Na verdade, ele passa por fora da "democracia forte", herdada da ditadura, que os partidos e os políticos profissionais não lograram desconstruir. A direita, o centro e a esquerda, com suas

variações extremistas, rendem-se por igual à obstrução das vias democráticas e às ilusões constitucionais. Ignoram o poder real e onde ele está, enganando-se sob as noções clássicas da soberania popular e da essência do mandato representativo. Não existe representação para os adeptos armados ou desarmados do Estado da transição permanente. Eles não representam, eles agem. E agem contra a nação, com habilidade, sem alarde mas, se preciso, aplicando duramente o excedente de poder cujo controle não perderam e que não abandonarão espontaneamente.

O poder real, portanto, não mora no Parlamento. A ANC será, em breve, dissolvida. Deixará pronta e acabada uma Constituição sujeita aos atropelos e às deformações que virão, em cascata porém de maneira crescente, dos núcleos do poder real. A opção, por tacaña e pobre que ela seja (ninguém escolhe o solo histórico em que nascerá, viverá e morrerá), estará entre o Estado de transição permanente, que nunca escondeu as suas potentes garras, e a vigência da Constituição. Em certo momento, parecia que a Constituição culminaria, automaticamente, na ruptura. Nos dias que correm é transparente que o complexo de poder civil-militar possuía uma estratégia e alcançou seus objetivos com perdas leves ou secundárias. O terreno conserva-se, pois, preparado para que ele faça e desfaça o que entender, no respeito ou no desrespeito da Constituição. A alternativa para os dissidentes, para as entidades que sempre lutaram pela democratização da sociedade civil e do Estado, para o movimento sindical e operário consiste em aceitar a luta política com bravura, com o fito de demolir o Estado de transição per-

manente —isto é, a "nova" República. Ou ele ou nós, essa é a questão!

Com isso, partidos como o PT, o PC do B, o PCB, o PSB, o PDT e o PSDB não estarão caindo no "democratismo apavorado". Ao contrário, sem libertar o Brasil dessa montagem de poder nunca chegaremos a lugar algum. É inútil sonhar com reforma ou revolução se sequer logramos uma vitória decisiva contra um oponente que tem a faca e o queijo na mão —e um apetite pantagruélico. Uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, independente e soberana teria evitado esse dilema. A própria possibilidade da sua convocação seria um indicador de que o país estaria maduro para a democracia da base ao topo. A imposição de um Congresso constituinte como se fosse a ANC e o tratamento que lhe foi dispensado pelo complexo de poder civil-militar clarificam as coisas. O que se pretendia era um "jogo constitucional". Pelo menos nesse ponto, houve uma vitória das forças democráticas. Elas ultrapassaram o "jogo constitucional" e produziram uma Constituição que não é, como esperavam os que detinham os cordões de decisão sob controle, uma Constituição de simples legitimação do Estado de transição permanente. Por seu conteúdo, a Constituição em acabamento pressupõe a dissolução desse Estado. O obstáculo inesperado aparece na duração da "nova" República, apta a sobreviver à ANC e, por conseguinte, reduzir ou anular a própria Constituição.

O dilema histórico imediato ergue-se nesse campo, da duração da "nova" República. É preciso combatê-la sem tréguas, desobedecê-la e arrasá-la. O período pós-constitucional inaugura-se, assim, sob um clima de desafios, de tensões e de confrontos inevitáveis. A democracia não prevê transição. Ou ela se instaura ou ela não existe, mesmo que se trate de uma democracia burguesa. Daí os imperativos que decorrem da Constituição: criar o espaço político para que ela entre em vigor normalmente e adquira eficácia. Ao mesmo tempo, é preciso lidar para que a democratização não se renda aos parâmetros do desenvolvimento capitalista desigual de uma nação assolada pelo imperialismo inerente ao capitalismo monopolista da era atual. Na prática, se houver imaginação e coragem políticas e surjam meios orgânicos de transformação da ordem existente, será possível combinar a liquidação do caos do passado recente e do presente; a construção de um Estado capitalista democrático contrabalançado por um forte poder popular, a luta radical e proletária pelo socialismo.